

Central
Fotovoltaica
Juazeiro
Solar I
SPE Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Administradores

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.

Juazeiro – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.

Balancos patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.169	3.938	Fornecedores	12	486	611
Contas a receber	8	2.753	6.654	Obrigações fiscais		106	37
Impostos a recuperar		133	2	Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	233	199
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		188	182	Financiamentos	13	3.363	6.033
Adiantamento a fornecedores	9	1.302	669	Provisão de ressarcimento	15	5.129	3.415
Despesas antecipadas		371	-	Dividendos a pagar	21	2.789	-
Total do ativo circulante		7.916	11.445	Outras contas a pagar	12	80	248
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.018	2.744	Total do passivo circulante		12.186	10.543
Imobilizado	11	118.394	122.959	Financiamentos	13	61.106	61.893
Total do ativo não circulante		121.412	125.703	Provisão para desmobilização	14	5.669	5.335
				Total do passivo não circulante		66.775	67.228
				Patrimônio líquido	16		
				Capital social		50.367	55.238
				Reserva de retenção de lucros		-	4.139
				Total do patrimônio líquido		50.367	59.377
Total do ativo		129.328	137.148	Total do passivo e patrimônio líquido		129.328	137.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	17	26.196	24.628
Custos de operação	18	(11.319)	(8.886)
Lucro bruto		14.877	15.742
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(438)	(800)
Outras despesas operacionais		(29)	(188)
Resultado antes das receitas / (despesas) financeiras líquidas e impostos		14.410	14.754
Receitas financeiras	19	803	838
Despesas financeiras	19	(6.985)	(10.418)
Resultado financeiro líquido		(6.182)	(9.580)
Resultado antes dos impostos		8.228	5.174
Imposto de renda e contribuição social	20	(1.093)	(1.035)
Lucro líquido do exercício		7.135	4.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.

**Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	7.135	4.139
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>7.135</u>	<u>4.139</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social subscrito	Reserva de retenção de lucros	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		67.848	11.096	-	78.944
Redução de capital	16.a	(14.453)	-	-	(14.453)
Integralização de capital	16.a	1.843	-	-	1.843
Distribuição de dividendos pagos	16.c	-	(11.096)	-	(11.096)
Lucro líquido do exercício		-	-	4.139	4.139
Reserva de retenção de lucros	16.b	-	4.139	(4.139)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		55.238	4.139	-	59.377
Redução de capital	16.a	(5.020)	-	-	(5.020)
Aumento de capital	16.a	149	-	-	149
Distribuição de dividendos	16.b	-	(4.139)	(7.135)	(11.274)
Lucro líquido do exercício		-	-	7.135	7.135
Saldos em 31 de dezembro de 2022		50.367	-	-	50.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>8.228</u>	<u>5.174</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos das atividades operacionais:			
Depreciação	11	4.565	4.549
Juros sobre financiamentos	13	4.942	8.527
Bônus de adimplência	13	(97)	(209)
Atualização monetária da provisão para desmobilização	14	334	277
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	21	-	(3)
Provisão de ressarcimento	15	<u>1.714</u>	<u>2.972</u>
		<u>19.686</u>	<u>21.287</u>
Redução / (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber	8 e 23	(112)	(3.288)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(6)	(156)
Impostos a recuperar		(131)	(2)
Despesas antecipadas		(371)	-
Adiantamento a fornecedores		(633)	(323)
Outras contas a receber		-	205
Aumento / (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		24	(122)
Obrigações fiscais		69	(58)
Outras contas a pagar		<u>(168)</u>	<u>(8)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>18.358</u>	<u>17.535</u>
Pagamento de juros de financiamentos	13	(5.651)	(8.195)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		<u>(1.059)</u>	<u>(1.070)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>11.648</u>	<u>8.270</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Mútuos financeiros com partes relacionadas		<u>-</u>	<u>2.213</u>
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividade de investimento		<u>-</u>	<u>2.213</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aplicações financeiras vinculadas		(274)	(103)
Pagamento de principal de financiamentos	13	(2.651)	(4.499)
Dividendos pagos	16.b	(4.472)	(11.096)
Redução de capital social	16.a	<u>(5.020)</u>	<u>(14.453)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividade de financiamento		<u>(12.417)</u>	<u>(30.151)</u>
Redução líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(769)</u>	<u>(19.668)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	3.938	23.606
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	<u>3.169</u>	<u>3.938</u>
		<u>(769)</u>	<u>(19.668)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda. (“Empresa”) é uma SPE, constituída na forma de sociedade de propósito específico de capital limitado domiciliada no Brasil, com sede na Fazenda Bela Vista, S/N, parte, com entrada a direita da altura do KM 6,7 da BR 407, sentido Juazeiro/Carnaíba do Sertão – Zona Rural.

A Empresa foi constituída em 03 de março de 2016, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica UFV Juazeiro Solar I, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sob o CEG nº UFV.RS.BA.033929-8.01. A Empresa entrou em operação comercial durante o mês de dezembro de 2018.

A Empresa participou do 8º leilão para Contratação de Energia de Reserva promovido pela ANEEL em 13 de novembro de 2015 e como vencedor recebeu a autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 30MW por 35 anos, compreendendo ao período de 01 de junho de 2016 a 01 de junho de 2051. O contrato de fornecimento de energia é exclusivo com a CCEE e tem o prazo de 20 anos de duração, que compreende ao período de 01 de novembro de 2018 a 31 de outubro de 2038. A usina destinou a totalidade de sua garantia física de 8,70 MWm para atendimento ao referido contrato de venda. O preço por megawatt em 31 de dezembro de 2022 é de R\$433,42 (R\$407,08 em 31 de dezembro de 2021), reajustados anualmente pelo IPCA.

Somente após o término do referido contrato é que Empresa poderá realizar novos negócios para venda de energia. Ao final do prazo de autorização a Empresa poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

1.2 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Empresa apresentou capital circulante líquido negativo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 4.270 em 31 de dezembro de 2022 (positivo em R\$ 902 em 31 de dezembro de 2021). O capital circulante negativo em 2022 deve-se, principalmente, ao saldo de provisão de ressarcimento, conforme nota explicativa nº 15.

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira que são mensurados ao valor justo

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 11:** Refere-se a ativos imobilizados onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais determinadas pela vida útil estimada do bem. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitando-se ao prazo de autorização de exploração;
- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica – Nota explicativa nº11:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da planta fotovoltaica.
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – Nota explicativa nº 14:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor

presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato.

- **Reconhecimento da provisão de ressarcimento – Nota explicativa nº15:** a provisão de ressarcimento são reconhecidas quando a geração da planta for inferior ao montante contratado pela CCEE, conforme relatório de geração da planta.
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 22:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

d. Provisão de ressarcimento e cessão a pagar

A Empresa detém contrato de venda de energia de reserva com a CCEE, o qual prevê a entrega de uma quantidade específica de energia ao longo do prazo do contrato. A cada 12 meses a CCEE realiza o levantamento de geração dos últimos 12 meses e compara com o montante de energia contratada para o mesmo período, caso a Empresa tenha gerado energia abaixo do previsto no contrato, será pago a diferença a preço *spot* para a CCEE em 12 parcelas subsequentes a este levantamento.

Caso no levantamento da CCEE seja apurado que a Empresa tenha gerado energia acima do previsto no contrato, a Empresa reconhece um contas a receber com a CCEE que será recebido em 12 parcelas subsequentes a este levantamento à preço *spot*.

Tendo em vista este processo, a Empresa realiza o acompanhamento mensal da geração da planta versus a quantidade prevista no mês, com base no histórico de geração fornecido pela equipe comercial, e quando a geração ocorre abaixo da prevista no contrato, é reconhecida uma provisão de ressarcimento a pagar, em caso de geração acima da prevista no contrato, reconhecemos um contas a receber.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual a Empresa definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos
--	---------

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Empresa, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 14.

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado); ou
- ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo

financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. *Mensuração do valor justo*

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, aos quais a Empresa não espera impactos significativos.

A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020 visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Empresa não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A empresa monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32 e IAS 12)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos bancários (a)	111	317
Aplicações financeiras (b)	<u>3.058</u>	<u>3.621</u>
Total de Caixa e equivalente de caixa	<u>3.169</u>	<u>3.938</u>

- (a) Inclui depósitos disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 83% em 31 de dezembro de 2022 (82% em 31 de dezembro de 2021), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

8 Contas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a receber de clientes – CER (a)	2.753	2.641
Contas a receber partes relacionadas (b)	<u>-</u>	<u>4.013</u>
	<u>2.753</u>	<u>6.654</u>

- (a) Referem-se ao registro do contrato de energia de reserva (CER) firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A empresa liquida mensalmente os saldos de contas a receber.
- (b) Conforme nota explicativa nº 21.

A Empresa entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de provisão para crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos da CCEE.

9 Adiantamento a fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento a fornecedores	1.302	669
	<u>1.302</u>	<u>669</u>

Refere-se a pagamentos adiantados a fornecedores de materiais e serviços para manutenção, operação e demais despesas do parque fotovoltaico.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2022	2021
Aplicações financeiras vinculadas – Garantia financiamento	3.018	2.744
	3.018	2.744

Os valores em 2022 e 2021 são relativos ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Conforme contratos, antes de cada desembolso, a Empresa possui a obrigação de depositar em caução 2,5% do valor do desembolso recebido. Os valores são mantidos como Aplicações financeiras vinculadas e estarão disponíveis para utilização a longo prazo, conforme realização dos pagamentos.

11 Imobilizado

	31/12/2020	Adições	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Custo de aquisição:					
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	132.422	-	132.422	-	132.422
Custo de desmobilização (a)	2.888	1.756	4.644	-	4.644
Total do imobilizado	135.310	1.756	137.066	-	137.066
Depreciação acumulada					
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	(9.366)	(4.390)	(13.756)	(4.406)	(18.162)
Custo de desmobilização (a)	(192)	(159)	(351)	(159)	(510)
Total da depreciação acumulada	(9.558)	(4.549)	(14.107)	(4.565)	(18.672)
Total do imobilizado	125.752	(2.793)	122.959	(4.565)	118.394

a) Conforme nota explicativa nº 14.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da empresa avaliou as informações disponíveis interna e externamente e não identificou qualquer evidência perda do valor recuperável de seu imobilizado.

Os ativos detidos pela Empresa compõem as garantias da operação de financiamento, conforme descrito na nota explicativa nº13. a.

12 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	2022	2021
Contratação de serviços	486	491
Fornecedores partes relacionadas (a)	-	120
Total de fornecedores	486	611
Outras provisões com serviços (b)	80	248
Total de fornecedores e outras contas a pagar	566	859

(a) Conforme nota explicativa nº 21.

(b) Refere-se basicamente à serviços a faturar de operação e manutenção da planta de R\$74 e serviços de auditoria R\$6.

As informações sobre a exposição da Empresa ao risco de liquidez relacionado a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 22.

13 Financiamentos

	2022	2021
Financiamentos bancários		
Saldo inicial	67.926	72.302
Pagamento do principal	(2.651)	(4.499)
Juros incorridos no exercício (a)	4.942	8.527
Juros pagos	(5.651)	(8.195)
Bônus de adimplência	(97)	(209)
Saldo final	64.469	67.926
Circulante	3.363	6.033
Não Circulante	61.106	61.893

(a) A variação significativa na correção monetária do exercício e dos juros refere-se ao avanço expressivo do IPCA acumulado no ano, sendo 2022 – 5,62% versus IPCA 2021 10,06%.

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

Em 2018 foram celebrados contratos de abertura de crédito junto ao Banco BNB, referente a linha de crédito exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi liberado o crédito total de R\$ 79.185 com vencimento em 15 de março de 2038. O prazo de financiamento é de 20 anos, com carência de 2 anos para o principal e pagamento mensal de juros, calculados através da taxa de 2,18% a.a. + IPCA. Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Vencimento em:	2022	2021
2023	-	4.126

2024	4.194	4.126
2025	4.194	4.126
2026	4.194	4.126
2027	4.194	4.126
2028 a 2038	44.130	41.263
	<u>61.106</u>	<u>61.893</u>

A Empresa possui um bônus de adimplência de 15% caso realize os pagamentos conforme os vencimentos, sem atrasos. O financiamento está garantido pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) que o eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao BNB, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação específica ambiental;
- Comprovar perante o BNB a correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Empresa.

b) Garantias prestadas

O financiamento celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), tem como fiadores o Banco BTG Pactual e o Banco Bradesco. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do BNB, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações da Empresa foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- garantia fidejussória prestada pela Empresa;
- alienação fiduciária de quotas da Empresa, de titularidade dos sócios;
- alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade da Empresa;
- cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos do Projeto de titularidade da Empresa e das contas relacionadas ao Projeto; e
- compromisso de aporte de capital na Empresa, pelos sócios.

14 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Empresa tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em 01 de janeiro de 2019, a Empresa realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$2.888. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 6,24%.

Mediante à mudança do cenário nacional, a Administração apurou um aumento dos custos dos serviços necessários para a desmobilização e o avanço das taxas de juros no mercado nacional. Desta forma em 31 de dezembro de 2021 a Administração atualizou o estudo de desmobilização do ativo, e passou a reconhecer um acréscimo à provisão no montante de R\$1.756.

Este montante foi mensurado mediante a subtração do saldo remanescente da provisão, menos a projeção dos custos necessários para desmobilização do ativo até 31 de dezembro de 2035 e descontado a valor presente pela taxa de desconto de 7,74%.

Este acréscimo foi reconhecido em contrapartida ao custo de desmobilização no Imobilizado, conforme nota explicativa nº11, assim como o valor originalmente reconhecido.

O valor correspondente a desmobilização é amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro 2022 é de R\$ 4.134 (R\$ 4.293 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	5.335	3.302
Adição por remensuração da provisão	-	1.756
Atualização monetária da provisão	334	277
Saldo final	<u>5.669</u>	<u>5.335</u>

15 Provisão de ressarcimento

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão de ressarcimento a clientes – contratual	<u>5.129</u>	<u>3.415</u>
	<u>5.129</u>	<u>3.415</u>

Conforme os contratos de fornecimento de energia assinados com a CCEE, a geração abaixo ou acima do contratado gera mensalmente provisões de custos ou receitas. Ao final de cada ano do contrato (12 meses) é realizado a apuração das provisões, resultando em um valor a receber adicional ou um custo a pagar. O saldo acumulado da provisão em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 5.129 e está registrado no passivo. Os valores serão atualizados mensalmente e ao final de 12 meses serão apurados e caso a Empresa permaneça com a geração abaixo do volume contrato, irá reconhecer um ressarcimento o a pagar.

Em 2022 a Empresa incorreu em uma geração menor quando comparado à 2021 devido a problemas técnicos aos quais foram normalizados ainda dentro do referido ano.

Em 2021 houve uma queda na geração energética atrelada principalmente a dois fatores. O primeiro está relacionado ao corte da geração mensal aplicada pela ONS, por conta da limitação da rede de transmissão localizada na região do ativo que tem acontecido sistematicamente em vários parques do nordeste. Em segundo lugar, o efeito do La Niña ocasionou uma menor irradiação no ano resultando em menor geração e receitas para o projeto.

Devido aos fatores descritos acima, a Empresa permaneceu com a geração abaixo do volume contratado e por tanto constituiu a provisão para ressarcimento para o período de medição de novembro de 2021 a outubro de 2022 no montante de R\$ 1.714 (R\$ 2.972 em 31 de dezembro de 2021).

16 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito da Empresa é de R\$ 50.367 (R\$55.238 em 31 de dezembro de 2021), representado por 50.367 quotas (55.238 em 31 de dezembro de 2021), nominativas e sem valor nominal, integralizadas pelas sócias Atlas Juazeiro Holding Ltda., detentora de 99% das quotas e Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda., detentora de 1% das quotas.

Em julho de 2022 ocorreu a redução de capital no montante de R\$5.020, mediante transferência bancária para a controladora.

Em setembro de 2022 a controladora da Empresa realizou aumento de capital no montante de R\$149. O saldo de aumento de capital ocorreu pela liquidação dos saldos em aberto em contas a pagar com partes relacionadas, junto a controladora Atlas Juazeiro Holding Ltda., conforme detalhado na nota explicativa nº 23.

Ao longo de 2021 as quotistas deliberaram a integralização de capital social da Empresa no montante de R\$ 1.843. A integralização de capital ocorreu mediante a compensação do saldo de fornecedores detidos pela Empresa contra a controladora Atlas Juazeiro Holding Ltda., conforme demonstrado na nota explicativa nº21.

Ainda no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controladora da Empresa realizou a redução de capital no montante de R\$ 14.453 por meio de transferência bancária, da seguinte forma: em janeiro de 2021, no valor de R\$ 9.500 e maio de 2021, no montante de R\$ 4.953.

b. Distribuição de dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração deliberou através da Ata de Reunião de Quotistas a distribuição de dividendos no montante de R\$ 11.274, referente ao saldo integral registrado na conta de reserva de retenção de lucros conforme balanço patrimonial de 2021, no montante de R\$ 4.139 e o resultado integral do exercício corrente, no montante de R\$ 7.135. (Em 31 de dezembro de 2021 foi distribuído o montante de R\$ 11.096). Da distribuição de lucro realizada, o montante de R\$ 4.013 foi realizado por meio de liquidação de contas a receber com a controladora Atlas Juazeiro Holding Ltda., conforme detalhado na nota explicativa nº 23, assim como foi reconhecido no passivo o montante de R\$ 2.789, na rubrica de dividendos a pagar, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21. Adicionalmente a Empresa pagou R\$ 4.472 em 2022 via transferência bancária (R\$ 11.096 durante 2021).

17 Receita operacional líquida

A Empresa gera receita apenas pela venda de energia elétrica gerada pelas usinas fotovoltaicas.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita contrato de energia de reserva (CER)	27.188	25.560
	<u>27.188</u>	<u>25.560</u>
Impostos sobre venda	(992)	(932)
Total da receita operacional líquida	<u>26.196</u>	<u>24.628</u>

Durante o exercício de 2022 a Empresa gerou o total de 67.444 MWh e 69.393MWh em 2021.

18 Custos de operação e despesas gerais administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custo do serviço de energia elétrica		
Depreciação	(4.565)	(4.549)
Custo de operação e manutenção	(3.274)	(1.341)
Custos de serviços compartilhados com partes relacionadas (b)	(535)	(276)
Atualização monetária da provisão de desmobilização	(334)	(277)
Encargo de uso da rede de energia elétrica (c)	(1.713)	(1.563)
Compromissos ambientais e sociais	(248)	(267)
Custos de locação de terras (a)	(325)	(257)
Seguros	(315)	(233)
Outros	(10)	(123)
Total	<u>(11.319)</u>	<u>(8.886)</u>
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(138)	(168)
Assessoria e advogados	(101)	(132)
Despesas com viagens	-	(1)
Despesas de internet	(139)	(136)
Serviços técnicos	(31)	-
Impostos e taxas	(30)	(359)
Outros	1	(4)
Total	<u>(438)</u>	<u>(800)</u>

- a) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
- b) Ao longo de 2022 e 2021 a Empresa dispôs de serviços compartilhados das demais empresas do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 21.
- c) Refere-se a custos junto a CCEE provenientes do custo do uso da rede de transmissão

19 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2022	2021
Receita financeira		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	800	795
Juros sobre mútuos concedidos (a)	-	3
Variação cambial ativa	3	40
	803	838
Despesa financeira		
Carta de crédito (b)	(1.299)	(1.971)
Despesas de juros de financiamento (c)	(4.942)	(8.527)
Despesas bancárias	(836)	(87)
Variação cambial passivo	(5)	(42)
Bônus por adimplência	97	209
	(6.985)	(10.418)
Resultado financeiro, líquido	(6.182)	(9.580)

- (a) Refere-se a juros decorrentes de mútuos com a Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. Veja nota explicativa nº 21.
(b) Com a captação de recursos junto ao BNB e visando assegurar aspectos operacionais, a Empresa firmou a contratação de fianças bancárias ao longo de 2022 e 2021.
(c) Conforme nota explicativa 13.

20 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022 o montante remanescente a pagar de imposto de renda e contribuição social é de R\$ 233 (R\$ 199 em 31 de dezembro de 2021). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2022	2021
Receita bruta (*)	27.188	25.560
Presunção do imposto de renda - 8% (a)	2.175	2.045
Presunção da contribuição social - 12% (b)	3.263	3.067
Demais receitas - (c)	823	798
Base de cálculo do IRPJ - (a) + (c)	2.998	2.843
Imposto de renda a alíquota de 15%	(450)	(426)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(275)	(260)
Total IRPJ	(725)	(687)
Base de cálculo da CSLL - (b) + (c)	4.086	3.865
Contribuição social a alíquota de 9%	(368)	(348)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.093)	(1.035)
Taxa efetiva	36%	36%

(*) O montante apresentado como receita bruta é composto pela receita bruta adicionado aos efeitos de ressarcimento.

21 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta é a Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e a controladora final é o Global Infrastructure Management LLC.

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, representada por salários e outros benefícios de curto prazo nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi realizada pela Companhia Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. e Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.

b. Operações com partes relacionadas

	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a Pagar</u>		<u>Receita / (Despesa) (ii)</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>(i) Partes relacionadas – Nacional</u>						
Atlas Juazeiro Holding Ltda (iii)	-	4.013	-	100	(48)	87
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	-	-	-	20	-	(322)
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	-	-	(487)	(41)
Total	-	4.013	-	120	(535)	(276)

	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a Pagar</u>		<u>Receita / (Despesa)</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>(ii) Mútuos com partes relacionadas</u>						
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. (i)	-	-	-	-	-	3
Total	-	-	-	-	-	3

(iv) Mútuos com partes relacionadas

Atlas Juazeiro Holding Ltda.	-	-	2.789	-	-	-
Total	-	-	2.789	-	-	-

- (i) Ao longo de 2022 e 2021 a Empresa dispôs de serviços compartilhados das demais empresas do Grupo Atlas, tendo entre os custos serviços de escritório e assessoria de engenharia.
- (ii) Mútuo concedido à controladora Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. com juros de 100% da SELIC, que foram liquidados por meio de redução de capital, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.
- (iii) O saldo em aberto no valor de R\$ 4.013 foram liquidados por meio de distribuição de lucros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.c.

22 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2022 - Valor contábil		2021 - Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.058	111	3.621	317
Aplicações financeiras vinculadas	9	3.018	-	2.744	-
Contas a receber	8	-	2.753	-	6.654
Total		6.076	2.864	6.365	6.971
Passivos					
Fornecedores	11	-	486	-	611
Financiamentos	12	-	64.469	-	67.926
Outras contas a pagar	11	-	80	-	248
Total		-	65.035	-	68.785

	Hierarquia do valor justo	2022		2021	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	3.169	3.169	3.938	3.938
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	3.018	3.018	2.744	2.744
Contas a receber	Nível 2	2.753	2.753	6.654	6.654
Total		8.940	8.940	13.336	13.336
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	486	486	611	611
Financiamentos	Nível 2	64.469	64.469	67.926	67.926
Outras contas a pagar	Nível 2	80	80	248	248
Total		65.035	65.035	68.785	68.785

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Empresa.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

2022

2021

Caixas e equivalentes de caixa	3.169	3.938
Aplicações financeiras vinculadas	3.018	2.744
Contas a receber de clientes	2.753	6.654
Total transações no resultado	8.940	13.336

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

Contas a receber

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

31 de dezembro de 2022

Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais					
	Total	2 anos ou menos	3 – 5 Anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos	
Passivos financeiros						
Financiamentos	64.469	95.808	8.203	18.432	30.754	38.419
Fornecedores e outras contas a pagar	566	566	566	-	-	-
	65.035	96.374	8.769	18.432	30.754	38.419

31 de dezembro de 2021

Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais					
	Total	2 anos ou menos	3 – 5 Anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos	
Passivos financeiros						
Financiamentos	67.926	103.614	7.980	25.182	30.738	39.714
Fornecedores e outras contas a pagar	859	859	859	-	-	-
	68.785	104.473	8.839	25.182	30.738	39.714

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos

financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre de a possibilidade da Empresa sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa possui financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação (*IFRS 7- Financial Instruments: Disclosures*), a Empresa efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Empresa que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices		Variação 31/12/2022	Cenário provável 31/12/2023	Sensibilidade		
				Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices						
IPCA (a)		5,79%	5,31%	5,31%	6,64%	7,97%
Risco de redução das taxas de juros e índices						
CDI (b)		12,39%	12,37%	12,37%	15,46%	18,56%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldo em 31/12/2022	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	IPCA	(64.469)	(3.423)	(4.279)	(5.135)	(2.567)	(1.712)
Total		<u>(64.469)</u>	<u>(3.423)</u>	<u>(4.279)</u>	<u>(5.135)</u>	<u>(2.567)</u>	<u>(1.712)</u>
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras e							
Aplicações financeiras							
vinculadas							
	CDI	6.076	752	940	1.127	564	376

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Boletim Focus

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

23 Demonstrações dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores partes relacionadas	(149)	(1.843)
Integralização de capital	149	1.843
Distribuição de lucros	4.013	-
Contas a receber de partes relacionadas	(4.013)	-
Provisão para desmobilização	-	1.756
Adição ao imobilizado	-	(1.756)

24 Contingências

A Empresa não possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

25 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Empresa para os anos subsequentes.

	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027 a 2037</u>
(TUST/ CUST / CCT) (a)	1.987	2.039	2.125	2.210	30.996
Seguros e garantias (b)	173	181	188	174	2.108
Contratos de (O&M) (c)	854	722	750	772	9.412
Arrendamento (d)	325	374	386	399	5.311
Outros (e)	1.954	2.013	2.093	2.165	28.890
Total	5.293	5.329	5.542	5.720	76.717

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Empresa irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2023 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024 (julho/22 a junho/23) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2022/2023.

b) Seguros e garantias

A Empresa possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguração das plantas fotovoltaicas.

c) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Empresa possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

A Empresa possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

A Empresa possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

26 Eventos subsequentes

Mediante ata de assembleia do dia 13 de fevereiro de 2023, por meio de sua controladora direta Atlas Juazeiro Holding Ltda, a Empresa reconheceu aumento de capital social subscrito e a integralizar no valor de R\$ 149.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *